

Resenha**O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**

(LE MOS, André; Lévy, Pierre. São Paulo: Paulos. 2010. 258p)

Alan MASCARENHAS¹

A obra *O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária* é uma atualização do livro *Ciberdémocratie: Essai de philosophie politique*, lançado por Pierry Lévy em 2002 através da editora francesa Odile Jacob. A reformulação da obra trouxe o pesquisador André Lemos como autor, em parceria com Lévy, para uma nova abordagem do mesmo tema discutido em 2002.

A obra em questão retoma um vislumbamento da reconfiguração da esfera pública perante uma expansão e popularização do ciberespaço, focando nas ações coletivas de inteligência e como estas, através do ambiente virtual, potencializam as ações da democracia na sociedade.

Entendendo o período de 1950 até a atualidade como a pré-história da cibercultura mundial, Lévy inicia o primeiro prefácio do livro apresentando sua visão da próxima Era do ciberespaço. Nela, a atual computação social, também conhecida como Web 2.0, será mapeada por um novo código conceitual que ultrapassa resquícios dos sistemas de organização antigos, ainda presentes na rede, tais como diferentes línguas e costumes.

Para o autor, na Internet estaríamos diante então de um quadro referencial mundialmente comum em potencial, mas ainda fragmentado atualmente. Lévy não destaca apenas os vários sentidos lingüísticos da comunicação no ciberespaço como um dos fatores responsáveis por esta fragmentação do ciberespaço, mas também a forma de construção de sistemas e redes, a qual o autor acredita que será unificada no futuro.

É nessa comunhão de espaço virtual que, segundo Lévy - filósofo e professor do departamento de Comunicação da Universidade de Ottawa, Canadá - poderemos encontrar a ciberdemocracia planetária.

Como apresentado na obra, a computação social é a responsável pela memória global e conseqüentemente foi o primeiro passo do processo rumo a uma

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC/UFPB).

ciberdemocracia planetária. Ainda assim, é o caráter de fundo da cibercultura, conjunto tecnocultural que emerge ao final do século XX com o surgimento das redes telemáticas, responsável por nortear a ciberdemocracia. Este caráter é descrito com base na interconexão, na criação de comunidade e na inteligência coletiva. É através deste três pilares que os autores observam a computação social aumentar “as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a voz do povo” (p.14).

André Lemos, professor associado da Faculdade de Comunicação da UFBA, inicia o segundo e último prefácio da obra afirmando que a “a cibercultura evoca sempre um pensamento sobre o futuro” (p. 21), concordando com Lévy ao anunciar que fazem um exercício de utopia para refletir a democracia.

O autor apresenta então três princípios da cibercultura, que junto com o caráter de fundo destacado por Lévy, explicam e norteiam os fenômenos ciberculturais. São eles: liberação da palavra e pólo de emissão, conexão e reconfiguração social. É também a partir destes princípios que o autor apresenta as tensões políticas existentes na rede diante da cultura massiva e pós-massiva, como veremos.

Os dois pensadores juntam-se então na introdução do livro - que contém onze capítulos reflexivos - para apresentar que “governança mundial, Estado transparente, cultura da diversidade, ética da inteligência coletiva” (p. 33), se reúnem na noção de democracia abordada no texto. Ambos acreditam, então, que estes pontos são potencializados por um espaço inclusivo, transparente e universal, proposto pela Internet.

São então retomadas no primeiro capítulo, intitulado de *A perspectiva da emancipação*, os três princípios da cibercultura apresentados na introdução. Estes são mostrados como responsáveis por novos aspectos do espaço público e privado que evocam a ciberdemocracia.

O primeiro princípio, referente à liberação, é aqui entendido como uma reconfiguração entre lugares de fala dos pólos de emissão e recepção e apontado como um dos maiores responsáveis por uma nova esfera pública. A conexão e conversação mundial, expressas no segundo princípio e também compreendidas como inteligência coletiva é a responsável por transformar o computador pessoal em coletivo, promovendo ações conjuntas e interconexão. O terceiro princípio refere-se então a reconfiguração.

Para Lévy e Lemos, a cibercultura reconfigura práticas e mídias, mas vai além da remediação proposta por Bolter e Grusin na obra *Remediation*, publicada em 2002, “[...] pois compreendemos mais profundamente como a transformação de estruturas sociais, instituições e práticas comunicacionais” (p. 43). É então observada através destes princípios uma reconfiguração do sistema infocomunicacional global, que aumenta a capacidade de comunicar e circular, as quais refletem na disseminação de liberdade e, conseqüentemente, no nível aumento do nível de democracia.

No entanto, os autores acreditam que esta reconfiguração crie produtos com funções que não caibam mais na classificação de produtos massivos, e passam a entendê-los como produtos de funções pós-massivas.

As funções massivas são estão expostas como características de plataformas de uma era que começa na Revolução Industrial, pressupondo sempre uma rede telemática inexistente, visando a criação de hits em larga escala. As funções pós-massivas, por sua vez, tem a rede telemática como potencializadora de suas ações, já que são baseadas em uma comunicação de um para um, de nichos, ou seja, uma comunicação bidirecional na qual se pressupõe a conexão entre o público e sua capacidade de engendrar inteligência de forma coletiva.

As funções pós-massivas estão principalmente ligadas a características de uma Internet gerenciada pela WEB 2.0, que ao contrário da anterior, apresentada sempre como um ambiente de leitura, é tida pelos autores no segundo capítulo, *Governança e ciberdemocracia*, como um espaço não apenas a ser lido, mas também escrito coletivamente.

No mesmo capítulo, a ideia de democracia passa a ser avaliada diante desta versão atual da WEB e entendida como ciberdemocracia. Esta “é um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos da comunicação e de cooperação” (p. 54).

A esfera pública, por sua vez, considerada pelos autores como um espaço de comunhão e visibilidade, é então reconfigurada pela transparência ou falta de opacidade, como chamam os autores, por estes processos da cibercultura aqui apresentados. Para eles, o ciberespaço altera também o espaço público, apontando novas possibilidades de democracia, pois “não existe democracia sem o exercício da palavra publica” (p. 70).

A afirmação abre o capítulo *Mutação das mídias*, o terceiro da seqüência, que apresenta a visibilidade possibilitada pelos dispositivos móveis, responsáveis pela expansão do território comunicacional e por uma melhor visualização do cenário político e toda movimentação do espaço urbano. Os autores retomam então o termo “*gatewatching*” para os antigos “*gatekeepers*” ao explicar as novas relações entre público e produtores, que trocam de lugar neste território de comunicação atual, o que chamam de uma função “pós-midiática” dos espectadores.

Os autores acreditam que se as mídias massivas conseguiram moldar a democracia moderna, é válido refletir que esta reconfiguração pode alterar e melhorar a democracia contemporânea planetária.

Passando a apresentar mais dados e menos teoria, os autores mostram como a liberação da palavra na Internet transforma a opinião pública em produção cultural através das redes sociais, blogs, wikis etc. e como o cidadão passa a ser um cibercidadão. No ciberespaço, o indivíduo passa a ter oportunidades diante de sistemas antes controlados por grandes corporações midiáticas. Eles não são entendidos como novos mediadores, mas como potencializadores de uma nova complexidade para a comunicação através da liberação dos pólos de emissão e recepção, liberando assim a palavra.

Diante disto, os autores declaram então que a máxima da Internet poderia ser “libera-se a emissão, conecta-se a interesse comunitários e reconfigura-se a esfera pública” (p. 88). Para eles, esta vertente vai contra a crítica frankfurtiana, que passa a fazer cada vez menos sentido ao passo que a massificação se imbrica com funções pós-massivas. O “*gatewatching*” aparece para exemplificar este espectador que deixou de ser usuário.

A sociedade que se forma virtualmente, diante destas novas ferramentas, é vista pelos autores como uma nova forma de “fazer sociedade”. É uma construção com novas ferramentas diante de um cenário menos opaco politicamente e culturalmente.

Pela forma e nomenclatura das “comunidades online”, Lévy e Lemos passam então a refletir acerca das representações virtuais de comunidade, entrando na parte da obra que vislumbra redes sociais, cidades digitais e cibercidades, já que a democracia é exercitada nestes ambientes. Os autores começam então definindo que uma comunidade virtual é “um grupo de pessoas que estão em relação por intermédio do ciberespaço” (p. 102).

O termo “comunidade” é então diferenciado de “sociedade” no sentido de que o primeiro imprime um alto grau de relacionamento, enquanto o segundo apresenta relações mais dispersas. A Internet, como um espaço que reflete o espírito das comunidades, tende a promover também o maior exercício da democracia, já que esta, segundo os autores, possui um fundamento local.

A cidade digital é o espaço buscado por Lévy e Lemos para a compreensão da funcionalidade desta democracia. Apesar dos quatro tipos² de cidade digital (ou cibercidade) apresentados, a representação virtual de cidades concretas são as exemplificadas no site da cidade francesa Issy-les-moulineaux, que possui cibercreche, incubadoras de empresas, fóruns ativos, etc. Os autores acreditam que tais iniciativas tornaram efetivas ações mais democráticas, a partir do momento que os problemas da cidade eram discutidos pelos usuários, a exemplo. Situação apresentadas no capítulo *As comunidades e redes sociais on-line* e em *Os primeiros passos da ciberdemocracia: Comunidades engenhosas e cidades digitais*. Capítulos cinco e seis, respectivamente.

A democracia em rede é então vista aqui a partir de situações onde comunidades locais passam a perder a opacidade, ganhando uma transparência progressiva. Esta é uma solução buscada também por alguns governos que tentam restabelecer um vínculo com o cidadão, como apontam os autores no capítulo sete, intitulado de *Ciberdemocracia e governo eletrônico*.

Através das cibercidades governos tentam reformar o setor público pouco eficaz, fazendo uso das ferramentas de comunicação e exercitando a ciberdemocracia: “O uso judicioso da Internet torna-se um dos instrumentos principais dessa concorrência entre os governantes para oferecer o melhor serviço aos cidadãos” (p. 139). Neste capítulo, que apresenta dados como a constatação de que no Brasil há mais usuários de celular do que de Internet, os autores então concluem que a ciberdemocracia alcançaria bons níveis com 95% da população conectada. Para eles a maior luta é lidar com as fraturas virtuais, definindo exclusão digital como “falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação” (p. 153).

² Os autores apresentam quatro possibilidades de cibercidade: Infra-estrutura eletrônica na cidade física, representação virtual de uma cidade física, criação de cidades virtuais que não existem fora da internet e cidades modeladas em 3D.

A idéia dos autores com relação a dependência de uma ciberdemocracia não se baseia apenas na Internet. Para eles, uma ciberdemocracia planetária depende de todo o sistema midiático contemporâneo. A contribuição do ciberespaço é com o jornalismo cidadão, do usuário “*gatewatching*”, e da universalidade dessa democracia, que a partir do momento em que se torna globalizada, precisa garantir também o respeito à esfera privada, como explica no oitavo capítulo, *Globalização e ciberdemocracia planetária*, onde introduz também a ideia de uma lei mundial.

Para os autores, uma das grandes mutações da democracia pode ser “de uma lei, de uma justiça e de um governo planetários capazes de regular a economia mundial, de preservar o ecossistema terrestre e garantir a liberdade, trabalhando para reduzir as misérias e injustiças” (p. 171).

As ideias apresentadas no decorrer do livro são concluídas então nos três últimos capítulos. Assim, os autores partem para a reflexão de que as práticas de um governo eletrônico e uso técnico para transparência podem gerar um Estado planetário. Esta é uma urgência do que é apontado no livro como “civilização da inteligência coletiva”, estruturada pela globalização, crescimento do liberalismo e sociedade da informação. Tal Estado seria então transparente, sem opacidade nas suas decisões.

O capítulo seguinte recai sobre as consequências de uma unificação da economia, que se dá no ciberespaço como consequência da universalização, fazendo com que o sujeito compreenda que as possibilidades de uma uniformização estéril cultural não seriam gritantes, pois o ciberespaço é visto “pós-cidade planetária”, não se diferenciando das relações já existentes no globo. Assim, o leitor compreende que esta característica “global”, apontada em diversas ocasiões na obra, não é sinônimo de homogeneização que caberia ao Estado o papel de garantir tal pluralidade.

André Lemos e Pierre Lévy encerram o livro afirmando que é a metamorfose da forma de engendrar inteligência que provocam as mudanças de etapa para uma evolução cultural. Para eles, “a interconexão dos computadores, finalmente criou um meio ubíquo para todos os signos culturais, para sua reprodução e mutações aceleradas” (p. 223).

Ainda que sendo declaradamente utópica, a obra faz uma reflexão a partir da situação atual da sociedade engendrada com a Internet e nos entrega pensamentos e constatações importantes para a compreensão deste cenário.

Ao sujeito então não resta dúvidas quanto a necessidade de um Estado transparente e de como os meios de comunicação estão contribuindo com este processo,

mas a interconexão mundial ainda precisa atingir escalas proporcionais para visualizarmos sua real função.